AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM MUNICÍPIO NO RECONCAVO DA BAHIA: OLHAR SOBRE A FORMAÇAÕ DE PROFESSORES

Meiriara Lopes de Araújo Cerqueira[1]
Marcius de Almeida Gomes[2]

EIXO 1 – (Geo)Tecnologias, IA Generativa e Pesquisa em Educação

Resumo

Este artigo avalia a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) em um município do Recôncavo da Bahia, com foco na formação de professores como política pública teve papel importante nas mudanças educacionais desde o ano de 2007 no Brasil e principalmente, na Bahia. Dessa forma abrange também o Município de Salinas da Margarida-Bahia e transforma a realidade local. O PAR, como política pública educacional, visa melhorar a qualidade da educação básica por meio de ações planejadas e articuladas entre União, estados e municípios. O estudo analisa os avanços e desafios na formação docente, considerando o contexto local e as metas estabelecidas em uma cidade da Bahia, os primeiros resultados e seus desdobramentos a partir da dimensão 2 do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com análise documental, e revisões bibliográficas, entrevistas com gestores e professores. Os resultados deverão indicar se houve progressos na capacitação docente, mas também se apontam fragilidades na continuidade das formações e na articulação entre teoria e prática. Seu lócus é a comunidade escolar desse município, os sujeitos são, principalmente, os professores, gestores e secretaria de educação que durante muitos anos tiveram nos seus perfis a marca de trabalhadores sem qualificação. Resultado: A pesquisa aponta para continuidade das pesquisas para complemento das ações instituídas pelo PAR. E até mesmo uma crítica voltada para a melhoria de condições dos trabalhadores da educação. Conclusão: Conclui-se que, embora o PAR tenha contribuído para a qualificação docente, são necessários ajustes para garantir maior efetividade das ações formativas.E dessa forma pretendemos ao longo da caminhada, mostrar o quanto falta para termos qualificação que dê dignidade aos professores e consequentemente aos alunos.

Palavras-chave: PAR. Formação. Professores, Recôncavo da Bahia.

Introdução

Começa aqui uma caminhada no sentido de montar um percurso de estudos e conhecimento científico com estudos qualitativos, revisão bibliográfica, voltados para pesquisa

[1] Secretaria do Estado da Bahia; Mestranda (UNEB); meiriaracerqueira@gmail.com.
[2] Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutor (UFSC); magomes@uneb.br.

ISSN 2674-7227

do tema ao qual se pretende um aprofundamento maior nas questões voltadas para o inicio da formação de professores na rede municipal de Salinas da Margarida através das ações do PDE, no ano de 2007, quando a secretaria de educação mobiliza a comunidade escolar para implantação do Plano de Ações Articuladas (PAR):

> O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino.(BRASIL,2007)

A historiografia de um lugar é contada de diversas formas. Essa forma é precedida pela escolha do que queremos contar. Como foco nesse pensamento faremos um breve relato de como o Plano de Ações Articuladas impulsionou as transformações na educação da cidade de cidades de Salinas da Margarida na Bahia em sua implantação como política pública do governo federal, e as primeiras movimentações e reflexos causados por essa nova estratégia do governo.

Acontece a partir de 2007, após o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal do Brasil, um amplo processo de mobilização social e descentralização das políticas educacionais, pungido pelo Ministério da Educação (MEC) que seriam desenvolvidas pelos Estados e municípios, no intuito de atender aos objetivos fixados para a educação brasileira, consoantes com os principais documentos de planejamento.Segundo Falleti (2006), a descentralização é um processo de reforma do Estado, composta por um conjunto de políticas públicas que transfere responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados do governo para níveis inferiores, no contexto de um tipo específico de Estado. Dessa forma, o governo municipal ganhou mais autonomia para gerir os recursos destinados a ele.A cidade de Salinas, que se localiza no recôncavo baiano, é eminentemente praiana e com sua renda voltada para a pesca e a mariscagem. Nessa tecitura local não existia um planejamento futurístico devido à falta de perspectiva dos alunos, que não acreditavam num processo evolutivo fora desse contexto, voltando-se somente para a sobrevivência e subsistência. A sua localização nunca favoreceu a cidade, no sentido de ser beneficiada por ações política que determinassem a mudança dos dogmas, adquiridos durantes os anos, e hábitos políticos que permeavam a cidade e deixavam a educação carente de ações para a melhoria e avanço da qualidade de ensino do município. A desigualdade social, a falta de emprego e, principalmente, a falta de investimento na educação são fatores que contribuem para que o desenvolvimento local seja inferior ao desejado pela sociedade. No cerne dessa desigualdade, a luta e o direito

ISSN 2674-7227

por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade são desafios perenes para a população local e brasileira. Para Cury (2002, p. 27), “a efetivação do direito à educação torna-se imprescindível no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que, tradicionalmente, reservaram apenas às camadas privilegiadas acesso a este bem social”. É preciso pontuar que a realidade de Salinas é igual a muitas cidades brasileiras que vivenciava essa mesma realidade no ano de 2007.

Adotamos como objetivo geral analisar como a implantação do PAR pode colaborar com o desenvolvimento de ações para a melhoria da formação de professores e seus desdobramentos. Continuaremos de forma sucinta a implantação do PAR no município e seus desdobramentos; como foi importante da implantação da diretriz 12 para a formação dos profissionais da educação de Salinas; E por fim, o ganho do município com essa implantação e, também, sua descontinuidade. A maior indagação feita sobre o tema perpassa por saber de que forma a implantação do PAR influenciou a educação de Salinas da Margarida.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico envolveu análise documental, que implicou na sistematização de documentos que regulamentam e orientam a elaboração do Plano de Ações Articuladas e a vivência de pessoas envolvidas durante o movimento no processo de construção das adaptações feitas a realidade local. Os dados pesquisados relevantes foram pesquisados nos dados disponibilizados: nos sites do Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): nas fontes documentais oficiais (leis, pareceres, decretos, resoluções, convênios), em publicações (jornais, revistas, livros) e relatórios oficiais produzidos no período. O município estudado foi selecionado por apresentar adesão ao PAR desde sua criação. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, categorizando as respostas em eixos temáticos como: estrutura das formações, participação docente, articulação com a prática pedagógica e desafios enfrentados.

Resultado e discussões

Quando analisado a execução do Plano de Ações Articuladas (PAR) no contexto municipal investigado, ficou evidenciado conquistas relevantes no âmbito da capacitação docente, apesar da permanecia de obstáculos que exigem abordagem específica. Foi observado, como aspecto positivo uma ampliação da participação dos educadores em programas de

ISSN 2674-7227

formação continuada, indicando uma crescente valorização dessas iniciativas de aperfeiçoamento profissional. Nessa perspectiva, Gatti (2010, p. 45) ressalta que "a educação permanente dos professores constitui elemento fundamental para sua atualização, contudo, seus resultados estão condicionados à existência de uma base institucional que assegure tanto a universalidade de acesso quanto a pertinência dos conteúdos trabalhados".Muito embora o PAR tenha se mostrado eficaz na expansão das possibilidades de desenvolvimento profissional persistem ainda questões relacionadas à sustentabilidade dessas ações que representam um nó crítico a ser enfrentado. Observou-se uma relevante melhoria no acesso a materiais didáticos e tecnologias educacionais, fator que tem impacto direto na prática pedagógica. Libâneo (2013) ressalta que a disponibilidade de recursos tecnológicos e pedagógicos é fundamental para a modernização do ensino, especialmente em contextos com carências históricas de infraestrutura.

Houve um fortalecimento da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e instituições formadoras, como universidades e centros de formação docente. Essa articulação é crucial, pois, segundo Nóvoa (2019), *"a colaboração entre escolas e instituições formadoras promove um diálogo mais consistente entre teoria e prática"*. No entanto, apesar desse avanço, a efetividade dessas parcerias ainda esbarra na descontinuidade das ações, muitas vezes interrompidas por mudanças na gestão municipal.

Considerações finais

O que foi feito até aqui é o início de uma caminhada do muito que ainda tem que ser escrito. Se aqui o foco foram algumas mudanças provocadas pela chegada do PAR é nos reservados o direito de dar continuidade as pesquisas fomentadas pela falta de continuidade na formação do profissional de educação do município, e a falha no cumprimento nas questões da melhoria do trabalho docente. É perceptível que neste artigo o propósito foi alcançado, pois aqui foi relatado a mudança na educação de Salinas a partir do advento da chegada do PAR. Acredita-se que a partir desse estudo seja fomentado, de forma crítica, a continuação da formação desses docentes, ainda ávidos por sua progressão acadêmica, e que esta se concretize em retorno para comunidade de Salinas nessa busca incessante pela melhoria da educação na sustentação principal que é a Educação Básica. Dessa forma, os olhares para esse público vão se modificando numa perspectiva de futuro voltada para a continuação das ações, de forma a valorizar cada vez mais os professores, em consequência, melhorar suas condições de trabalho.

ISSN 2674-7227

Será através, também, do cumprimento das ações do PAR, da garantia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 e da Constituição Federal de 1988 que essa realidade poderá ser modificada, e se a vontade dos governantes for modificar o seu olhar sobre o profissional de educação e valorizá-lo de acordo o que preconiza as leis citadas acima.

Finalmente, podemos dizer que é preciso um esforço da gestão para que a formação continuada aconteça da mesma forma que a inicial. A Política Pública existe, basta vontade política para que se firme e aconteça o restante da dimensão 2 do PAR no município de Salinas da Margarida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portal FNDE sobre o PAR**. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2. Acesso em 04/12/2021

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição Federal de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988- 322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**.Diário Oficial da União, Brasilia,DF,20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 05 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC, 1993

FREITAS, H. C. L. A formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. Educação & Sociedade, 2002.

FERREIRA, Eliza B. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. GESTRADO (Grupo de Estudos Politica Educacional e Trabalho Docente) UFMG. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/plano-de-desenvolvimento-da-educacao-pde/. Acesso 05 de dezembro de 2021.

FALLETI, Túlia. **Efeitos da descentralização nas relações intergovernamentais:** o Brasil em perspectiva comparada. Sociologias, Porto Alegre, n.16, p.46-85, jul.-dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a04n16.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2021.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, 2010.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: INEP, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010. Estimativa populacional de Salinas da Margarida/BA**. Disponível em: 10 https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salinas-da-margarida/panorama. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

ISSN 2674-7227

OLIVEIRA, Almir. **Salinas da Margarida: Notícias históricas.** Minas Gerais: Minas Editora, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** Análise do Projeto do MEC. Educação & Sociedade, Campinas, v.28, n.100, p.1231- 1255, out.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf. Acesso em:05 de dezembro de 2021.

ISSN 2674-7227